



IDENTIDADES EM TEMPO DE INTOLERÂNCIA E FUNDAMENTALISMO¹

IDENTITIES IN A TIME OF INTOLERANCE AND FUNDAMENTALISM

Thiago Schellin de Mattos*

Resenha de:

GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. (Org.)

As Configurações das Identidades em Tempos de Intolerâncias e Fundamentalismos.

1. ed. Foz do Iguaçu: CLAE e-Books, 2021. 169 p.

Vivemos “em tempos de intolerâncias e fundamentalismos”. Esta afirmação, que compõe parte do título da coletânea de artigos que resenhamos neste breve texto, pode parecer redundante ou mesmo trivial para o(a) leitor(a) brasileiro(a) bem-informado acerca da atual conjuntura sociorreligiosa e político-ideológica no país. Nos últimos anos temos assistido ao desenvolvimento de uma crise política e institucional sem precedentes desde a redemocratização brasileira. Polarizações ideológicas fermentadas por “ódio político”, ataques autoritários frontais às instituições republicanas, arregimentações religiosas de cunho fundamentalista no espaço público do exercício do poder, alusões saudosistas explícitas ao período da ditadura militar, fake news alimentando toda sorte de intolerâncias e “gabinetes do ódio” nas redes sociais, sem falar da desastrosa administração pública da crise de saúde mundial pelo atual governo com postura negacionista.

Por outro lado, constatar “as configurações das identidades” sociais na atualidade sob a marca distintiva dessas condições, também pode parecer não fazer jus ao processo histórico brasileiro como um todo, uma vez que não podemos, sob o risco anacrônico da leitura distorcida, destacar o período contemporâneo como especialmente dado às intolerâncias e fundamentalismos. Não é de hoje que o país registra períodos sombrios em sua história. Poderíamos mesmo nos perguntar se houve tempo no Brasil em que a intolerância não foi elemento significativamente constituinte das sociabilidades e identidades.

No entanto, o que faz o tema e o conteúdo desta obra ser não somente relevante, como nada trivial, é a possibilidade de se refletir sobre um revés dos processos de consolidação do Estado Democrático de Direito, sobre uma situação de crise que aponta para a fragilidade institucional e social na superação das intolerâncias e dos fundamentalismos de qualquer estirpe. Discutir as implicações destes fenômenos no Brasil atual é reconhecer o acento que estes adquirem no marco social e histórico da democracia. Talvez não estejamos (provavelmente não) vivendo o período histórico mais intolerante e fundamentalista do Brasil, mas isso não é qualquer indicação sobre a

¹ Enviado em: 25.09.2020. Aceito em: 16.12.2020.

* E-mail: tsdemattos@gmail.com

possibilidade de aferir a força desses fenômenos. O conjunto desta obra faz refletir de forma atenta sobre o assunto.

Desta forma, é oportuno que o primeiro texto do livro verse sobre as bases histórico-conceituais fundadoras do regime democrático no pensamento moderno, como a ideia de “tolerância religiosa”. Ao recorrer a autores clássicos como Locke, Voltaire, Rousseau, Montesquieu e Mill para a compressão histórica da formação do conceito de tolerância religiosa, Noli Bernardo Hahn, Francieli Borchardt da Cruz e Gustavo Wohlfahrt Bohnenberger, contribuem para a elucidação dos aspectos formais constituintes da democracia e, de forma consequente, ajudam a verificar as fragilidades da democracia efetiva, historicamente atualizada no Brasil. A tolerância, como respeito e convivência harmoniosa com as diferenças religiosas, é fundamental para a democracia.

Seguindo esta linha histórica do liberalismo político, no segundo artigo vemos os autores Dagmar Manieri e Kesse Dhone Viana Cardoso discutirem, mediados por pensadores como Habermas e Bobbio, entre outros, que a ideia de tolerância religiosa estabelece as bases do jogo democrático numa comunidade política pluralista. Segundo a análise dos autores, é possível compreender os fenômenos de desequilíbrio democrático, como o surgimento dos regimes de exceção e populismos autoritários, a partir da configuração de dois tipos de identidade política: a de convicção e a de opinião. A primeira se refere a uma identidade mais estabilizada, comprometida com partidos políticos, movimentos sociais e seus programas ideológicos. A segunda caracteriza-se pela oscilação representativa mobilizada pelo conjunto de expectativas sociais supridas ou não pelos governantes. Nesse sentido, sob esta perspectiva, pesa sobre a identidade política de opinião a verdadeira função de regulação do jogo democrático (que deverá oscilar entre duas tendências principais: conservadora e progressista). Os autores concluem que as causas das patologias políticas devem ser verificadas na precariedade da identidade política de opinião, pois é esta que principalmente garante o campo político flutuante sobre o qual a democracia se realiza.

Já o terceiro texto da coletânea, aborda a questão do projeto de formação identitário no Brasil através de processos culturais mediados, num primeiro momento histórico, pelas teorias raciais do período pós-abolicionista (de caráter totalmente excludente), seguido de uma reconfiguração simbólica apropriada pelo projeto político de identidade nacional na era desenvolvimentista (caracterizador da fundação do mito da democracia racial) e pela crítica emergente nos anos 1970 por movimentos sociais negros que passaram a contestar a exotização das matrizes culturais africanas, a instrumentalização política de suas referências estéticas e as manipulações midiáticas de suas criações artísticas como formas de ocultação da discriminação racial. A autora Maria do Rosário Gomes da Silva argumenta que o processo de formação do estado nacional incorpora essa dimensão cultural de constituição da identidade brasileira através de uma trajetória excludente da inserção das matrizes culturais afrodescendentes. Este aspecto marca o caráter ambivalente deste processo desde a época escravista, através de uma inclusão concreta no motor econômico do sistema colonial e a exclusão simbólica na esfera pública, passando à inclusão exotizante na formação do Estado-nação mascaradora da exclusão efetiva na esfera social e, posteriormente à inclusão invisibilizante das referências de matriz africana através de variadas formas de branqueamento e apropriação cultural. Deste modo, a autora traz uma excelente reflexão sobre o déficit democrático sob um ponto de vista cultural, evidenciando a importante contribuição dos movimentos negros de resistência na crítica aos modos velados de discriminação racial e desigualdade social entre brancos e não-brancos.

Ao destacar os fundamentalismos religiosos como desafios para a pluralidade democrática no contexto atual, é mais do que justificada a entrada em cena da Teologia como produção de linguagem crítica e pública. Isso acontece no quarto texto, onde o autor Nicolás Panotto esboça a

noção de uma teologia pública mediada pela reflexão pós-colonial, principalmente por meio de categorias formuladas pelo pensamento de Homi Bhabha. Para o autor, é possível pensar em uma teologia pública em chave pós-colonial compreendendo a transcendência divina como um excesso significativo que se coloca como possibilidade e abertura para além dos códigos culturais hegemônicos do colonialismo, movendo-se nos espaços fronteiriços criativos de novas subjetivações e significações. Deus é presença que se move nos interstícios das categorias epistemológicas mantenedoras do poder colonial. A teologia como discurso público, nesse sentido, indicará um campo de atuação ético-político mobilizado em prol da irrevogável pluralidade sócio religiosa, onde poderá se situar como contribuição frente as tendências discursivas hegemônicas que visam fechar o excesso significativo que constitui a transcendência divina. Esta teologia certamente vem ancorada na tradição apofática e, segundo a visão do autor, tem a capacidade *abscôndita* de movimentar o processo histórico e dinamizar as condições políticas do espaço público.

Na sequência, o próximo artigo discute o tema da intolerância religiosa trazendo um contexto de investigação empírica específico. Retoma uma questão já amplamente descortinada nos estudos brasileiros – a da “batalha espiritual” dos neopentecostais em relação as religiões de matriz africana – enfatizando os processos de reconfiguração das identidades religiosas afro-brasileiras resultantes deste conflito que se prolonga por décadas. Analisando o caso mais representativo de tal fenômeno (da IURD – Igreja Universal do Reino de Deus) o autor Janderson Bax Carneiro destaca alguns pontos das estratégias de “batalha espiritual” já elencadas em estudos anteriores, como a apropriação e instrumentalização dos símbolos das religiões de matriz africana, a manipulação midiática de temas sensíveis à moral pública promovendo contextos de discriminação, a sistemática ocupação no campo político, etc. As reações, pelo outro lado, vão adquirindo uma consistência que altera os sentidos de fragmentação do campo religioso afro-brasileiro, evidenciando a construção de uma rede de solidariedade mais ampla, inclusive com agências seculares diversas. Deixam de ser individuais e pontuais para se tornarem agenciamentos coletivos de enfrentamento. O autor, desta maneira, identifica ações protagonizadas pelo “povo de axé” que vão desde a abertura de processos judiciais contra veículos de propaganda da IURD e contra o seu fundador, como à publicização do combate à discriminação religiosa e participações ativas em projetos de pesquisa sobre a elucidação do tema. Deste modo, a situação de perseguição religiosa acaba reforçando em certa medida os sentidos identitários do “povo de santo” através de novas formas de construção da identidade religiosa.

O sexto artigo da coletânea traz uma discussão teórica sobre o tema do fundamentalismo como plataforma sobre a qual se desenvolvem atitudes e posturas de intolerância religiosa. O tema das relações de alteridade num mundo cujo espaço de convivência se mostra irrevogavelmente pluralizado é tomado como fator relevante na situação de conformação de intolerâncias religiosas. Segundo os autores José Reinaldo Felipe Martins Filho, Fábio Gleiser Vieira Silva e Clóvis Ecco, as crenças religiosas e seus vieses absolutistas de formulação da verdade implicam muitas vezes em processos conflituosos de auto conservação das identidades. No entanto, este não é o único caminho para a religião, que está envolvida também em processos de “religação de vínculos”, de promoção universal da fraternidade e solidariedade humanas. Deste forma, os autores ressaltam a importância do diálogo inter-religioso como ferramenta no enfrentamento à intolerância religiosa. Ainda uma outra importante contribuição do texto é a percepção de que o fenômeno da intolerância religiosa nunca se dá de forma unilateral, circunscrita à esfera estritamente religiosa. Outros conjuntos de valores e esferas de interesses participam da legitimação ideológica da intolerância, articulando conexões com outras formas de fundamentalismos. O próprio Estado ao participar da configuração dos critérios culturais de normalidade, impõe as bases para o julgamento do que se

entende por intolerância. Portanto, as noções de “fundamentalismo” e “intolerância” não são, de forma alguma, conceitos dados sob qualquer suspeita, o que justifica o esforço dos autores para a elucidação crítica destas categorias no estudo da religião.

O texto seguinte aborda a questão que situa a obra em seu contexto de publicação. Mostra que a temática dos fundamentalismos e intolerâncias não pode desconsiderar a Pandemia do Covid-19 como contingência sobre a qual tais fenômenos tomaram proporções incrivelmente danosas, especialmente no contexto brasileiro. Celso Gabatz e Rosângela Angelin, responsáveis também pela organização de toda a coletânea, refletem neste artigo sobre a desastrosa gestão pública da atual governança em relação à Pandemia, mostrando a calamitosa associação entre religião e política quando estas assumem um caráter fundamentalista e negacionista dos postulados científicos. Além de acentuar o enfraquecimento da democracia e o que sob os olhos do mundo parece ser um descalabro merecedor das alcunhas de genocídio e “necropolítica” no país, o texto também ressalta o pano de fundo da derrocada político-ideológica do Neoliberalismo que, como sistema, mostrou com radicalidade a sua vulnerabilidade e total ineficácia para lidar com a crise sanitária.

No penúltimo texto, as autoras Liria Ângela Andrioli e Claudete Beise Ulrich, discutem a questão da configuração das identidades femininas mediadas pela relação dialética entre opressão e emancipação no registro cultural das religiões, especialmente no escopo do cristianismo. As autoras argumentam sobre a concepção cultural de religião e identidade, implicando nas suas mobilidades históricas, destacando também a importância de conceitos como “diálogo”, “alteridade”, “experiência”, etc. para se pensar os processos históricos de transformação da identidade. Desta forma, o desenvolvimento de uma reflexão feminista a partir da Teologia torna-se uma ferramenta importante para a reconstrução das identidades femininas num contexto emancipatório da experiência religiosa, fazendo frente a hegemonia cultural do patriarcalismo religioso.

Marcos Teles do Nascimento e Marcus César Belmino fecham o conjunto de contribuições trabalhando de forma pertinente uma necessária variação ou delimitação conceitual para afinar a compreensão da noção de intolerância religiosa em contextos concretos no cenário brasileiro. Trata-se, à revelia da legislação, do atravessamento entre os déficits práticos de liberdade religiosa das religiões de matriz africana e a reminiscência efetiva do racismo na sociedade brasileira. Assim, os autores argumentam sobre a importância de integrar o conceito de “racismo religioso” para ampliar o entendimento da intolerância religiosa. Juntamente com esta constatação, embasada em conjunto de dados que incorporam relatórios distintos, os autores se ocupam também com a demonstração dos efeitos práticos que o racismo religioso, como dimensão de intolerância, pode produzir nas relações de alteridade através das formas de violências (que envolvem diferentes formas de tipificação). Desta maneira, justifica-se esboçar também um conceito que vise elucidar os contornos do que poderia se compreender como “violência religiosa” ou “violência por motivação religiosa”.

Por fim, destacamos a importância da obra e recomendamos à leitura e ao estudo por todo(a) aquele(a) que busca subsídios para o entendimento aprofundado do atual contexto sociorreligioso e político, especialmente no caso brasileiro, mas não somente, assim como os processos de configuração das identidades mediante conformações e resistências. Somando à voz de Cesar Kuzma que prefacia o livro, salientamos a seriedade das pesquisas apresentadas e a realidade desafiadora às quais estas submetem uma importante contribuição para a expansão compreensiva destes fenômenos.